

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.382.222 - RS (2018/0275956-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : TIAGO FERRAO
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por TIAGO FERRÃO contra decisão exarada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

A controvérsia tratada nos autos foi devidamente relatada no parecer ministerial às e-STJ fls. 197/198, *in verbis*:

Consoante se extrai dos autos, o agravante foi denunciado como incurso nas sanções do art. 307 da Lei n. 9.503/97 e absolvido pelo magistrado de primeiro grau, com base no art. 397, inciso III, do CPP.

Irresignado, o Ministério Público apelou, postulando a condenação do réu, nos termos da denúncia. A Sétima Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por unanimidade de votos, deu provimento ao recurso, nos termos do acórdão assim ementado (fl. 126):

APELAÇÃO. CRIME DE TRÂNSITO. VIOLAÇÃO DA SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. TIPICIDADE DA CONDUTA. SENTENÇA REFORMADA.

A conduta descrita na denúncia configura, em tese, o crime do art. 307 do CTB, uma vez que se mostra irrelevante, para a configuração do tipo penal, que a decisão descumprida tenha sido imposta na esfera administrativa ou no âmbito judicial.

Recurso provido.

A defesa interpôs, então, recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea 'a', da Constituição Federal, alegando que o acórdão recorrido contrariou o conteúdo normativo do artigo 307, caput, da Lei n. 9.503/97 e negou vigência ao art. 397, III, do CPP.

Afirma que há necessidade da existência de decisão judicial prévia para que a habilitação de condutor seja suspensa. Requer, assim, que seja reformado o acórdão recorrido, para que se restabeleça a absolvição sumária do ora recorrente.

O recurso foi inadmitido na origem por incidência do enunciado 83 do STJ (fls. 160/164).

Daí o presente agravo (fls. 170/178), no qual o agravante afirma que as condições de admissibilidade do recurso especial estão preenchidas.

Contraminuta apresentada às fls. 184/186.

Ao final, o *Parquet* opinou pelo não conhecimento do agravo.

É o relatório.

O recurso merece prosperar.

Isso porque, recentemente, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça formou convicção de que, para preenchimento do tipo penal disposto no art. 307 do Código Penal, necessário se faz que a ordem a ser desacatada ostente natureza judicial. A propósito:

HABEAS CORPUS. ART. 307 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. VIOLAR A SUSPENSÃO OU A PROIBIÇÃO DE SE OBTER A PERMISSÃO OU A HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO DE NATUREZA PENAL.

1. Com o desenvolvimento da legislação de trânsito, buscando resguardar a segurança viária, conter o crescimento no número de acidentes e retirar de circulação motoristas que punham em risco a vida integridade física das demais pessoas, a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor, antes restrita a mera penalidade de cunho administrativo, passou a ser disciplinada como sanção criminal autônoma, tanto pelo Código Penal - CP, ao defini-la como modalidade de pena restritiva de direitos, como pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB, ao definir penas para o denominados "crimes de trânsito".

2. Assim, nos termos do art. 292 do CTB, a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imputada como espécie de sanção penal, aplicada isolada ou cumulativamente com outras penas.

3. Dada a natureza penal da sanção, somente a decisão lavrada por juízo penal pode ser objeto do descumprimento previsto no tipo do art. 307, caput, do CTB, não estando ali abrangida a hipótese de descumprimento de decisão administrativa, que, por natureza, não tem o efeito de coisa julgada e, por isso, está sujeita à revisão da via judicial.

4. In casu, a conduta de violar decisão administrativa que suspendeu a habilitação para dirigir veículo automotor não configura o crime do artigo 307, caput, do CTB, embora possa constituir outra espécie de infração administrativa, segundo as normas correlatas.

5. Ordem concedida para anular a condenação do paciente e

determinar o trancamento do procedimento penal que já se encontra em fase de execução. (HC 427.472/SP, relator Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 23/8/2018, DJe 12/12/2018, grifei.)

Ressalte-se, nesse sentido, que no julgamento do referido *habeas corpus*, após pedir vista para melhor análise do caso, proferi voto que acompanhou o entendimento sufragado pela relatora, do qual transcrevo trecho a fim de corroborar o entendimento adotado no julgamento do presente recurso especial (HC n. 427.472/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 23/8/2018, DJe 12/12/2018, voto-vista) :

Como bem destacou a Ministra relatora, existe a possibilidade de quebra de isonomia ao imaginarmos que, mediante prazos diferenciados entre as sanções aplicadas nas esferas administrativa e judicial, pode-se haver também contagem diferenciada quanto aos lapsos relativos à prescrição. Pontuou também a Ministra relatora a possibilidade de o agente, punido em ambas as esferas, descumprir duas restrições mediante uma só conduta, o que traduziria inusitado concurso de crimes.

Outro ponto importante a ser destacado é a remissão do parágrafo único do art. 307 – o qual define que nas mesmas penas incorre o condenado que deixa de entregar, no prazo estabelecido no § 1º do art. 293, a Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação – ao disposto no §1º do art. 293 do CTB, segundo o qual, "Transitada em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em quarenta e oito horas, a Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação".

O dispositivo, como visto, faz expressa menção ao "trânsito em julgado de sentença condenatória" e à "entrega à autoridade judiciária", parecendo-me, assim como pareceu à em. Relatora, que o legislador fez clara escolha ao erigir o tipo penal do art. 307 como desobediência à penalidade imposta judicialmente, não sendo possível, a meu ver, ampliação interpretativa do alcance da norma, tal como realizado pelas instâncias ordinárias.

Ademais, como bem asseverou o Ministro Rogerio Schietti Cruz, não há crime de desobediência, se a norma já cominar sanção específica para seu descumprimento e não houver ressalva para cumulação de sanção com o delito de desobediência previsto no Código Penal.

Esse, aliás, é o entendimento consolidado desta Corte para o caso de descumprimento de medidas protetivas aplicadas com fulcro na Lei n. 11.340/2006, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA. LEI MARIA DA PENHA. POSSIBILIDADE DE PRISÃO PREVENTIVA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. OCORRÊNCIA. ORDEM

CONCEDIDA.

1. O trancamento da ação penal em habeas corpus é medida excepcional, somente se justificando se demonstrada, inequivocamente, a ausência de autoria ou materialidade, a atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas, a ocorrência de causa extintiva da punibilidade ou a violação dos requisitos legais exigidos para a exordial acusatória.

2. Na espécie, o descumprimento de medida protetiva, no âmbito da Lei Maria da Penha, não enseja o delito de desobediência, porquanto, além de não existir cominação legal a respeito do crime do artigo 330 do Código Penal, há previsão expressa, no Código de Processo Penal, de prisão preventiva, caso a medida judicial não seja cumprida.

3. Ordem concedida a fim de reconhecer a atipicidade da conduta irrogada ao paciente pelo crime de desobediência, restabelecendo-se a decisão de primeiro grau, que rejeitou em parte a denúncia.

(HC 394.567/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 15/05/2017)

Tal raciocínio, penso, é aplicável à hipótese.

Isso porque a condução de veículo automotor por indivíduo cujo direito de dirigir esteja suspenso implica a sanção administrativa de cassação do documento de habilitação, consoante o disposto no art. 263, inciso I, do Código de Trânsito Brasileiro, in verbis:

Art. 263. A cassação do documento de habilitação dar-se-á:

I - quando, suspenso o direito de dirigir, o infrator conduzir qualquer veículo;

Sem embargo, a infração de dirigir veículo com suspensão do direito de dirigir, ou com a habilitação cassada, ainda sujeita o infrator a uma pena diferenciada de multa e outras medidas administrativas, conforme mostra o disposto no art. 162, inciso II, do CTB:

Art. 162. Dirigir veículo:

[...]

II - com Carteira Nacional de Habilitação, Permissão para Dirigir ou Autorização para Conduzir Ciclomotor cassada ou com suspensão do direito de dirigir:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa (três vezes);

Medida administrativa - recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado;

Comungo, tal como a em. Relatora, sem desconhecer posicionamentos doutrinários em sentido contrário – como Renato Marcão e Leonardo Schmitt de Bem –, das lições de **Marcellus Polastri Lima** acerca da controvérsia (Crimes de Trânsito – Aspectos Penais e Processuais: Ed. Lumen Juris, 2005, pp 203/206), que ora deixo de transcrever, para evitar tautologia, uma vez que o posicionamento do autor encontra-se referido no voto da em. Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

Por último, assevero que a penalidade prevista no art. 293 do CTB – de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, com duração de dois meses a cinco anos – guarda íntima relação de proporcionalidade com a dosimetria da pena a ser estabelecida quanto ao delito de trânsito eventualmente perpetrado pelo agente, observadas as circunstâncias judiciais, agravantes e atenuantes e eventuais causas de aumento ou diminuição de pena, o que reforça o entendimento segundo o qual a violação prevista no art. 307, caput e parágrafo único, do CTB, refere-se à decisão judicial.

Ilustrativamente:

PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE CONVERTIDA EM DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. FIXAÇÃO DO QUANTUM. DISPENSA ANÁLISE DO ART. 59 DO CP. PENA DE SUSPENSÃO OU PROIBIÇÃO DE SE OBTER A PERMISSÃO OU A HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR. PROPORCIONALIDADE NA SUA APLICAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. A pena de multa e a prestação pecuniária são institutos que possuem naturezas jurídicas distintas. Nos termos do art. 43, I, do CP, a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz. A pena de multa, por sua vez, de acordo com o art. 49, caput, do CP, consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e deve ser calculada pelo sistema de dias-multa.

2. A pena de suspensão ou proibição de se obter habilitação ou permissão para dirigir veículo automotor deve guardar proporção com a gravidade do fato típico, dentre os crimes de trânsito que preveem essa penalidade, observadas as circunstâncias judiciais, atenuantes e agravantes, nos limites fixados no art. 293 do CTB, além de eventuais causas de diminuição ou aumento de pena.

3. Recurso conhecido e improvido. (REsp 1075211/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 02/08/2010, grifei)

Concluo, portanto, que o bem jurídico tutelado pelo art. 307 do Código de Trânsito Brasileiro é a decisão ou autoridade do juiz ou, em outras palavras, a administração da Justiça, não sendo possível a interpretação extensiva de tal dispositivo, a fim de abarcar o descumprimento da suspensão do direito de dirigir imposta pela autoridade de trânsito.

Ante o exposto, **conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial**, restabelecendo a decisão de primeira instância que absolveu o ora agravante.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

